



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 32ª
(TRIGÉSIMA SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DEBATER O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14/2013, DE
AUTORIA DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI
COMPLEMENTAR Nº 766, DE 19 DE JUNHO DE 2008, QUE 'DISPÕE
SOBRE O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO COMÉRCIO LOCAL SUL, DO
SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS – SHCS, NA REGIÃO
ADMINISTRATIVA DE BRASÍLIA – RA I, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".
EM 23 DE ABRIL DE 2015**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Celina Leão e Chico Vigilante

SECRETARIA: Deputado Chico Vigilante

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 28 minutos

TÉRMINO: 17 horas e 28 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|---------------------------------|--|
| • Deputado Agaciel Maia – PTC | • Deputado Prof. Israel – PV |
| • Deputada Celina Leão – PDT | • Deputado Prof. Reginaldo Veras – PDT |
| • Deputado Chico Leite – PT | • Deputado Rafael Prudente – PMDB |
| • Deputado Chico Vigilante – PT | • Deputado Bispo Renato Andrade – PR |
| • Deputado Dr. Michel – PP | • Deputado Ricardo Vale – PT |
| • Deputado Joe Valle – PDT | • Deputado Rodrigo Delmasso – PTN |
| • Deputada Liliane Roriz – PRTB | • Deputada Telma Rufino – PPL |
| • Deputada Luzia de Paula – PEN | • Deputado Wasny de Roure – PT |



Obs.: O Deputado Julio Cesar encontra-se em licença, de acordo com o AMD nº 19/2015.

1 ABERTURA

Presidente (Deputada Celina Leão):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.2 LEITURA DE EXPEDIENTE

- **Projeto de Lei nº 396, de 2015**, de autoria do Deputado Robério Negreiros.
- **Projeto de Lei nº 397, de 2015**, de autoria do Deputado Wellington Luiz.
- **Projeto de Lei nº 398, de 2015**, de autoria do Deputado Joe Valle.
- **Indicações nºs 2.564 a 2.637, de 2015**, de autoria do Deputado Agaciel Maia.
- **Indicações nºs 2.638 a 2.655, de 2015**, de autoria da Deputada Luzia de Paula.
- **Indicações nºs 2.656 a 2.690, de 2015**, de autoria da Deputada Sandra Faraj.
- **Indicação nº 2.691, de 2015**, de autoria do Deputado Agaciel Maia.
- **Indicações nºs 2.692 a 2.962, de 2015**, de autoria da Deputada Sandra Faraj.
- **Indicações nºs 2.963 e 2.964, de 2015**, de autoria do Deputado Juarezão.
- **Indicação nº 2.965, de 2015**, de autoria do Deputado Wellington Luiz.
- **Indicação nº 2.966, de 2015**, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras.
- **Indicação nº 2.967, de 2015**, de autoria do Deputado Juarezão.
- **Moções nºs 52 a 73, de 2015**, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade.
- **Moção nº 74, de 2015**, de autoria do Deputado Dr. Michel e outros.
- **Requerimento nº 507, de 2015**, de autoria do Deputado Cristiano Araújo.
- **Requerimento nº 508, de 2015**, de autoria da Deputada Celina Leão.
- **Requerimentos nºs 509 a 513, de 2015**, de autoria do Deputado Chico Vigilante.
- **Requerimentos nºs 514 a 516, de 2015**, de autoria da Deputada Celina Leão.

Obs.: O expediente lido está anexo à ata.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputada Celina Leão):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 504, de 2015, de vários deputados, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater o Projeto de Lei Complementar nº 14/2013, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que 'Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no Comércio Local Sul, do Setor de Habitações Coletivas – SHCS, na Região Administrativa de Brasília – RA I, e dá outras providências'".



2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **DEPUTADA CELINA LEÃO**, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal
- **DEPUTADO CHICO VIGILANTE**, Líder do Partido dos Trabalhadores – PT
- **MANOEL ANTÔNIO VIEIRA ALEXANDRE**, Secretário Adjunto de Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal
- **IGOR TOKARSKI**, Administrador Regional de Brasília – RA I
- **EDSON DE CASTRO**, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal – Sindivarejista e representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e turismo do Distrito Federal – Fecomércio
- **CLEBER PIRES**, Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal
- **JAEL ANTÔNIO DA SILVA**, Presidente do Sindicato de Hotéis e Restaurantes, Bares e similares de Brasília
- **BRUNA MARIA PERES PINHEIRO**, Diretora-Presidente da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO CHICO VIGILANTE, presidente da sessão

- Discorre sobre a dificuldade de se aplicar a Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que trata de extensões a áreas construídas de estabelecimentos comerciais, conhecidas como *puxadinhos*.
- Destaca que a AGEFIS exerce a sua função, que é a de fiscalizar.
- Afirma que é necessário encontrar uma solução definitiva para o problema das ocupações irregulares nos setores comerciais de Brasília, bem como de outras localidades do DF.
- Cita exemplos de situação irregular na cidade de Ceilândia.
- Participa que o objetivo desta comissão geral é debater o tema com as autoridades do Governo e comerciantes locais para se chegar a uma solução técnica e viável para todas as partes.

EDSON DE CASTRO, Presidente do Sindivarejista e representante da Fecomércio/DF

- Salaria que o Governo perde arrecadação ao não resolver a regularização dos puxadinhos.
- Comenta que há inúmeros processos em andamento na Administração para a normatização dos puxadinhos, mas muitos lojistas desistiram da ação pela dificuldade de encontrar outros proprietários para assinar os documentos necessários.
- Aponta como outra dificuldade a manutenção do tamanho limite de seis metros para os puxadinhos, conforme especificado em lei.
- Conclui que o Governo deve facilitar as ações para resolver o impasse.



JAEL ANTONIO DA SILVA, Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília – Sindhobar/DF

– Realça o interesse dos empresários do setor de alimentação e de hospedagem em legalizar a ocupação de áreas públicas nos respectivos empreendimentos.

– Menciona obstáculos enfrentados pelos empresários para o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela legislação vigente relativa aos *puxadinhos*: dificuldade de obtenção de anuência dos proprietários dos imóveis e de linhas de financiamento para a realização de obras, ônus ocasionado pela necessidade de alterações nas redes das concessionárias de energia, água e gás e demora no Poder Executivo na aprovação de projetos.

– Exorta o Governo a colaborar para a resolução dos problemas mencionados, de modo a conferir celeridade ao processo de regularização dos *puxadinhos*.

CLEBER PIRES, Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal

– Parabeniza o Governo pela iniciativa de encaminhar um projeto de lei a ser debatido nesta Casa para resolver o impasse dos *puxadinhos*.

– Avalia que o setor produtivo tem passado por dificuldades.

– Manifesta a sua satisfação em ver os órgãos de Governo envolvidos no tema em debate, participando com o objetivo de chegar a um equacionamento da problemática.

– Comenta as dificuldades enfrentadas pelos empresários que possuem imóveis com o *puxadinho*, e acrescenta que não há interesse em permanecerem na ilegalidade, e sim, o desejo de contribuir com o ordenamento da cidade.

– Afirma que o setor produtivo não possui nenhum representante no Poder Legislativo, e faz um apelo aos parlamentares para que trabalhem em prol de uma solução definitiva.

MANOEL ANTÔNIO VIEIRA ALEXANDRE, Secretário Adjunto de Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal

– Reporta-se à primeira reunião realizada para debater o tema, que teve lugar na Secretaria de Relações Institucionais, em 6 de fevereiro, ocasião em que recebeu um documento do setor produtivo que apontava as dificuldades para o cumprimento da Lei Complementar nº 766/2008.

– Destaca a necessidade da alteração do texto da referida lei, que apresenta problemas técnicos e burocráticos na forma atual.

– Comenta que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios do Distrito Federal reconhece essa necessidade ao encaminhar expediente em que tece considerações com a finalidade de subsidiar o debate sobre a proposta de alteração da lei.



- Frisa que, a despeito da mensagem enviada pelo Executivo com mais uma prorrogação do prazo para a regularização dos *puxadinhos*, urge simplificar a lei.
- Ressalta que o setor produtivo precisa de segurança jurídica, e manifesta a importância de discussões técnicas que envolvam todos os interessados, inclusive com acompanhamento do Ministério Público.
- Registra a presença integral da equipe de Governo em reunião com promotores do Ministério Público, e considera fundamental essa atitude.
- Acredita na solução das pendências em curto espaço de tempo.

IGOR TOKARSKI, Administrador Regional de Brasília

- Agradece a colaboração das demais autoridades do Governo em prol do aperfeiçoamento da legislação relativa aos *puxadinhos*.
- Menciona dados relativos ao andamento de processos na Administração Regional de Brasília que evidenciam a necessidade de desburocratização dos procedimentos para a regularização de tais extensões.
- Explica que a recente proposição enviada pelo Poder Executivo ao Legislativo não constitui mera prorrogação de prazos, mas, ao contrário, é ponto de partida para resolução definitiva da questão ora em debate.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE, presidente da sessão

- Narra as falhas encontradas na análise feita ao Projeto de Lei Complementar nº 14/2015, lido na Sessão Ordinária de ontem.
- Informa que será formada uma comissão de trabalho, composta por técnicos da CLDF e por representantes do Governo, para que juntos possam elaborar um substitutivo que será votado na próxima sessão plenária.

DEPUTADO JOE VALLE – PDT

- Lamenta que Brasília seja uma cidade pautada na ilegalidade no que tange às regularizações.
- Rejeita a estagnação existente em relação aos *puxadinhos* e afirma que já é hora de resolver definitivamente essa questão.
- Defende a participação, nas discussões, de assessores da CLDF, do Ministério Público e do setor produtivo.
- Lembra o interesse do Governo em solucionar a matéria, e manifesta a sua disponibilidade para a discussão do tema.

LÚCIA LUCI BARROS OTTONI DA SILVA, Presidente da Associação Empresarial dos Lojistas do DF

- Acusa os Governos anteriores de não demonstrarem vontade política para a regularização dos *puxadinhos*, e elogia o Governador Rodrigo Rollemberg pelas



providências que adotou sobre o tema até o momento, proporcionando o diálogo das autoridades com os empresários.

- Salienta a importância dos empreendimentos privados na cidade e comenta as dificuldades enfrentadas pelos empresários para o desenvolvimento dos negócios em face das imposições da legislação relativa à ocupação das áreas públicas.

- Agradece ao Ministério Público pela disposição apresentada para o diálogo sobre o problema.

- Enfatiza que, após a prorrogação dos prazos para a regularização dos puxadinhos, o Governo deve reformular outros itens da legislação, desburocratizando os procedimentos, de modo a tornar exequível a regularização pretendida.

- Reivindica celeridade nas providências a serem adotadas sobre o assunto.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – PDT

- Cumprimenta o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa.

- Remete a experiências passadas, no início de sua formação acadêmica.

- Ressalta a necessidade de se fazer um substitutivo que preencha todas as falhas na referida lei, e acrescenta que o projeto em questão servirá de base para a regularização de outras áreas semelhantes em todo o Distrito Federal.

- Julga que todas as partes envolvidas precisam ser ouvidas, principalmente o setor produtivo, responsável pela geração de empregos e pela arrecadação de impostos para a cidade.

- Avalia que há falta de vontade política para a regularização dos condomínios, bem para resolver a ocupação irregular das áreas públicas no comércio local.

- Coloca-se à disposição para sanar esses problemas definitivamente.

PAULA FINCO, sócia-gerente da loja Vila Objeto

- Reporta-se ao Decreto nº 30.303/2009, que estabelece o quadrilátero como área especial da Unidade Vizinhança e que impede os comerciantes de fazerem parte da lei dos *puxadinhos*.

- Menciona que foram feitas ponderações ao Ministério Público e que esse órgão sugeriu que, adotando-se o mesmo padrão arquitetônico, fosse permitida a edificação em área pública.

- Considera fundamental a inclusão das quadras pertencentes ao quadrilátero na lei dos *puxadinhos*.

DEPUTADO AGACIEL MAIA

- Expõe o seu compromisso em favor dos empresários de bares e restaurantes do DF em razão do trabalho que desenvolvem, e salienta que esses estabelecimentos desempenham papel cultural relevante.



RODRIGO FREIRE, Presidente da Seccional do DF da Associação Brasileira de Bares e Restaurante – ABRASEL

- Agradece a presença dos empresários nesta Comissão Geral, e cumprimenta todos os membros da Mesa.
- Considera que todos os problemas e dificuldades na aplicação da referida lei foram explanadas.
- Congratula-se com o Governo por ter chamado o setor produtivo para dialogar, como também o Ministério Público, que demonstrou empenho em resolver a presente situação dos empresários.
- Ressalta a importância de os empresários terem uma segurança jurídica após o término do prazo de vigor da presente lei.
- Avalia que o maior problema dos empresários, hoje, seria a dificuldade de se fazer financiamentos para a realização das reformas necessárias dos estabelecimentos.

DEPUTADO RICARDO VALLE – PT

- Considera os *puxadinhos* uma questão cultural da cidade, e cita a sua importância como gerador de empregos e como espaço socializador.
- Julga importante a proposição enviada pelo Governo, e entende ser essencial a oitiva dos empresários do setor.
- Manifesta a sua solidariedade aos comerciantes e coloca-se à disposição para ajudar a resolver o problema no menor espaço de tempo possível.

ARTUR BENEVIDES DOS SANTOS PRADO, Vice-Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul – CCAS

- Agradece ao Governo por encaminhar a resolução do problema dos *puxadinhos* mediante diálogo com a comunidade.
- Lamenta que parcela do empresariado permaneça descrente em relação às mudanças anunciadas pelo Governo.
- Realça que o tema afeta empresas de diferentes áreas, e não apenas bares e restaurantes.
- Chama a atenção para as imperfeições da lei vigente.
- Solicita aos parlamentares a aprovação do projeto encaminhado pelo Poder Executivo que prevê a prorrogação dos prazos para a regularização dos *puxadinhos*, e sugere que o grupo de trabalho constituído para tratar do tema continue atuando após a referida aprovação.



BRUNA MARIA PERES PINHEIRO, Diretora-Presidente da

Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS

- Esclarece que a proposta feita pela AGEFIS será provisória, já que a vigência da lei atual terminará em sete dias.
- Classifica como urgente a aprovação do substitutivo para dar suporte aos comerciantes que estão ocupando irregularmente área pública.
- Informa que a revisão da referida lei precisa ser feita em um prazo maior de tempo, tendo em vista as várias alterações necessárias.
- Ressalta a importância de uma ampla discussão para rever todos os artigos da presente lei.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – PMDB

- Lembra as inúmeras discussões ocorridas na CLDF relativas ao Projeto de Lei Complementar nº 766/2008.
- Considera temeroso o debate açodado da proposição e pede que seja prorrogado o prazo para as discussões e audiências públicas.
- Coloca à disposição o seu gabinete para os que desejarem conversar sobre o tema.

NÁGELA MARIA, empresária

- Salaria a importância das lojas e dos *puxadinhos* para a comunidade.
- Pede às autoridades e às demais lideranças apoio para a regularização dos *puxadinhos*.

FRANCISCO MARINHO CHIQUELHO, empresário

- Manifesta a sua satisfação em participar desta Comissão geral.
- Reporta-se ao tempo em que participou da luta para que a Câmara Legislativa fosse criada, por intermédio da Associação Comercial de Brasília.
- Enfatiza a necessidade da criação de uma lei segura para os empresários, permitindo que o setor produtivo trabalhe dentro da legalidade.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – PSDB

- Relembra que, em 2007, teve início a discussão do tema dos *puxadinhos*, e chegou-se à conclusão de que era preciso disciplinar a questão.
- Salaria que a lei dos *Puxadinhos*, fruto desse debate inicial, ainda não foi implementada em todos os seus aspectos, e que é necessário resolver definitivamente o problema.
- Reivindica a parceria e a colaboração do Estado na busca de soluções, e propõe a elaboração de um substitutivo para o projeto, estendendo prazos, mas definindo responsabilidades no sentido de solucionar as pendências.



DEPUTADO CHICO VIGILANTE, presidente da sessão

– Sustenta que os Governos anteriores também buscaram solucionar o problema dos *puxadinhos*.

– Observa que a proposição referente ao tema, formulada pelo Governador Rodrigo Rollemberg, deve ser aprimorada, e, em face disso, propõe encontro de representantes da comunidade, parlamentares e técnicos da CLDF, a realizar-se amanhã, às 9h30min, na sala de reuniões da Presidência, para a elaboração de emenda substitutiva a ser submetida à votação no Plenário da Casa na próxima terça-feira.

– Lembra que a matéria ainda será apreciada pelo Ministério Público, cujos membros, no âmbito de suas competências, dispõem de autonomia no tratamento do assunto.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Chico Vigilante):

– Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

**Expediente lido na 32ª Sessão Ordinária,
em 23 de abril de 2015**

Ata considerada lida e aprovada na 33ª Sessão Ordinária, de 28/4/2015.
(Obs.: a íntegra do expediente lido nesta sessão consta da publicação desta ata
no *Diário da Câmara Legislativa*)